

Uma nova educação (CAMILA BRANDALISE)

ISTOÉ revela projeto do Ministério da Educação, em parceria com o Instituto Ayrton Senna, que prevê inclusão de habilidades socioemocionais na grade curricular. Estudos mostram como elas melhoram o desempenho escolar

A SALA de aula é a mesma. Alunos em carteiras enfileiradas se esforçam para prestar atenção ao que diz a professora, estrategicamente posicionada em frente à lousa. Mas no lugar de questões envolvendo temas tradicionais, como raiz quadrada ou uso da crase, o debate entre os estudantes, adolescentes na faixa dos 13 anos, suscita outras discussões.

"Como você se vê hoje?" e "O que espera da vida adulta?" são algumas das perguntas feitas durante uma aula de formação social do Colégio Pentágono, em São Paulo. Além de autoconhecimento, os jovens desenvolvem conceitos como respeito e responsabilidade. Apesar de esses não serem temas frequentes no cotidiano do ensino brasileiro, as chamadas competências não cognitivas ou socioemocionais estão no centro do debate de como melhorar a educação no País e devem transformar a forma como o ensino é ministrado nas instituições públicas e privadas do Brasil. Tanto que várias escolas as incluíram em seus projetos – seja com aulas específicas ou com propostas pedagógicas gerais.

Em levantamento inédito, o Instituto Ayrton Senna (IAS) concluiu, por meio de uma avaliação aplicada a cerca de 25 mil estudantes da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro em outubro de 2013, que o ensino dessas qualidades impacta direta e positivamente o aprendizado de língua portuguesa e de matemática. A intenção é que a ferramenta, elaborada em parceria com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), seja usada para medir o desenvolvimento dessas competências nas escolas.



CLASSE - Aula de formação social do colégio Pentágono, em São Paulo: alunos trabalham respeito e responsabilidade



PROJETO-PILOTO

Projeto-piloto realizado com 25 mil alunos de escolas estaduais do Rio de Janeiro mostra como o desenvolvimento de habilidades socioemocionais em sala de aula pode melhorar o aprendizado de língua portuguesa e de matemática

MAIOR IMPACTO POSITIVO EM LÍNGUA PORTUGUESA



ABERTURA A NOVAS EXPERIÊNCIAS

Tendência a ser aberto a novas experiências estéticas, culturais e intelectuais

LÓCUS DE CONTROLE

Forma como o aluno lida com situações externas (se ele se sente vítima ou protagonista da própria vida)



MAIOR IMPACTO POSITIVO EM MATEMÁTICA

CONSCIENCIOSIDADE

Tendência a ser organizado, esforçado e responsável

NA PRÁTICA

O eixo horizontal representa o ganho de aprendizado em meses. Por exemplo, desenvolvendo a conscienciosidade, o aluno ganha quatro meses e meio de aprendizado em matemática



Os resultados parciais desse trabalho, ao qual ISTOE teve acesso com exclusividade, serão divulgados no Fórum Internacional de Políticas Públicas, realizado pelo Instituto Ayrton Senna, a OCDE e o MEC nos dias 24 e 25 de março, em São Paulo. A intenção do IAS ao elaborar um sistema de medição das chamadas habilidades socioemocionais foi fomentar o desenvolvimento dessa área, para que possam ser criadas políticas públicas específicas. A esse projeto somam-se ainda esforços do Ministério da Educação para desenvolver novas propostas sobre o tema.

Uma delas, que também deve ser anunciada durante o encontro, diz respeito à formação de especialistas brasileiros com foco nessas habilidades socioemocionais. "O governo já se posicionou a favor da criação de um programa em processo de formulação, e não será difícil implementá-lo rapidamente. Pode ser, por exemplo, um braço do 'Ciência sem Fronteiras', afirma Mozart Neves Ramos, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), que faz parte do MEC, e diretor de articulação e inovação do Instituto Ayrton Senna, referindo-se ao programa de bolsa de estudos no Exterior para alunos da graduação. "Para nos aprofundarmos no tema, precisamos de profissionais com formação específica na área, o que exige conhecimentos multidisciplinares em educação, economia e psicologia."

Outro projeto diz respeito à comissão especial do CNE voltada para discutir a importância das habilidades socioemocionais no sucesso escolar. O conselheiro Francisco Cordão afirma que até meados deste ano haverá um parecer, a ser aprovado pelo conselho, com orientações de como trabalhar essas competências na escola. Essas diretrizes, ainda em fase de estudos, serão enviadas às instituições de ensino do País para que sejam formuladas maneiras de trabalhar as habilidades socioemocionais na educação básica (ensino infantil, fundamental e médio). "Já discutimos, por exemplo, recomendações para a formação de professores, que precisam estar alinhados a uma perspectiva mais ampla, mobilizando não apenas o aprendizado de conteúdos das disciplinas, mas habilidades, atitudes e emoções que são importantes no processo de ensino", diz Cordão.



REFLEXÃO O jovem Ricardo Ikeda, 12 anos, faz atividade de autoconhecimento por meio de desenhos



A ferramenta de avaliação criada pelo Instituto Ayrton Senna visa a orientar o trabalho dos gestores educacionais. A prova consiste em 62 questões para o quinto ano do ensino fundamental e 92 questões para o primeiro e terceiro ano do ensino médio e traz perguntas referentes à percepção do aluno sobre seu próprio comportamento e sobre quem ele é. Com os resultados em mãos, é feito um cruzamento relacionando desempenho escolar e situação socioeconômica. Os dados obtidos no projeto-piloto, aplicado em escolas públicas do Estado do Rio em 2013 e feito em parceria com a secretaria estadual de Educação, mostram que pelo menos três grupos de competências socioemocionais tem um impacto bastante relevante no desempenho dos estudantes em língua portuguesa e em matemática.

Entre outros resultados, chama a atenção ainda o impacto negativo da extroversão no ensino de língua portuguesa. "O que notamos é que a escola não está preparada para canalizar a energia dos jovens extrovertidos para o aprendizado", afirma Tatiana Filgueiras, coordenadora da área de avaliação e desenvolvimento do Instituto Ayrton Senna.

Outro dado interessante foi o fato de que alunos de famílias de melhor condição socioeconômica apresentaram graus mais baixos na competência conscienciosidade, que engloba responsabilidade e tem relação com o aprendizado de matemática, segundo Tatiana. Presidente do Instituto Ayrton Senna, Viviane Senna ressalta esse caráter democrático das competências socioemocionais. "Desenvolver foco, persistência, responsabilidade, curiosidade, criatividade e outras características depende mais das atitudes dos adultos que convivem com esses alunos, em casa ou na escola, do que de condições específicas e não replicáveis, como a condição socioeconômica da família", diz. Essa é uma excelente notícia para uma estratégia de redução das desigualdades intoleráveis, por meio de ações educativas intencionais, segundo Viviane. "E o Brasil de hoje, com o desafio de dar um salto expressivo na qualidade da educação, não pode deixar passar despercebido um acelerador da qualidade tão importante quanto esse."



MODELO - Vinicius Pereira e Juliana Gomes, ambos de 16 anos, alunos do colégio Chico Anysio, no Rio, que passou pelo projeto-piloto do IAS

A ideia é que seja estabelecida uma agenda na área das não cognitivas. A partir desses esforços, tanto do terceiro setor quanto do governo, o objetivo é inserir essas questões no projeto pedagógico das escolas com delimitações específicas. Não é necessário criar uma disciplina para passar esses conceitos. As medidas podem ser trabalhadas de maneira transversal, em todas as aulas. Em língua portuguesa, por exemplo, em vez de pedir aos alunos que escrevam sobre as férias, o professor pode solicitar uma redação em que as crianças falem sobre um problema que conseguiram enfrentar. "Há várias possibilidades para o futuro.

O primeiro grande desafio era aprender a medir. Agora o tema precisa ser desenvolvido", afirma Daniel Santos, professor de economia da Universidade de São Paulo e especialista em desenvolvimento infantil e socioemocional na escola. No atual sistema de avaliação tradicional, diz o especialista, se uma escola não atinge bom desempenho, a conclusão é de que não há planejamento ou falta preparo dos professores. "Mas será que não é a parte não cognitiva que está influenciando esse resultado?"

No Pentágono, tanto as aulas de formação social quanto as de tutoria, ambas dadas a partir do sexto ano, trabalham conceitos relacionados às habilidades não cognitivas há cerca de cinco anos. "Não abandonamos o rigor, temos todas as aulas tradicionais. Mas nos preocupamos com a formação do indivíduo, porque a escola é um espaço de socialização", diz Américo Francisco dos Santos, coordenador-geral do ensino fundamental 2 da rede Pentágono. No Rio de Janeiro, uma das escolas que participaram do piloto do projeto do IAS foi o Colégio Estadual Chico Anysio.

"Em nossa grade, temos um projeto chamado Núcleo. Os alunos têm oito encontros de 50 minutos por semana em que trabalham autogestão, projeto de vida, autoconhecimento, entre outros temas", diz Willmann Costa, diretor da instituição. Colégio que ficou em terceiro lugar no último Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Elite Vale do Aço, em Ipatinga (MG), estuda incluir essas competências no projeto pedagógico. "O objetivo é acrescentar na grade curricular do ano que vem outras habilidades além das cognitivas", afirma o diretor Átila Zanone.



RAZÃO X EMOÇÃO

A escola tradicional se preocupa apenas em desenvolver as capacidades cognitivas, mas novas pesquisas mostram que as competências socioemocionais (não cognitivas) são igualmente importantes no processo de aprendizado e na formação do indivíduo. Conheça algumas delas



COMPETÊNCIAS COGNITIVAS

Memorização

Reconhecimento de padrões

Rapidez no processamento
(de informação)

Acesso ao conhecimento adquirido

Interpretação

Reflexão

Conceituação

Racionalização

Conexão de informações

Capacidade de foco e atenção



COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS (ou não cognitivas)

Persistência

Autocontrole

Cordialidade

Respeito

Calma

Otimismo

Confiança

Cuidado

Perseverança

Entusiasmo





O Brasil, com o desafio de dar um salto na educação, não pode deixar passar despercebido um acelerador da qualidade tão importante quanto as habilidades socioemocionais

Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna

Alguns educadores, porém, ainda se mostram receosos em relação a essas medidas. "A escola não pode absorver tudo. Acredito que determinada formação é responsabilidade da família", diz Rosângela Fonseca Napoleão do Rego, coordenadora-geral pedagógica do colégio Lerote, de Teresina. "Se ensinamos conceitos no colégio e em casa a realidade é outra, não tem sentido." Apesar de ser uma crítica comum, especialistas afirmam que não se trata de ensinar valores ou tomar o lugar dos pais. Essas competências e habilidades podem e devem ser trabalhadas no ambiente educacional.

"A escola é a primeira chance de a criança se confrontar com a realidade social, é o lugar onde ela descobre outra maneira de viver com seus semelhantes. Por isso, precisamos incluir essas capacidades socioemocionais", afirma a psicóloga infantil Ana Olmos. "Ainda existe desconhecimento sobre o tema, e incorporar isso de maneira intencional no ambiente escolar vai exigir que a instituição aprenda a apresentar aos pais como determinados projetos podem contribuir para formar cidadãos", diz Mozart Neves, do Conselho Nacional de Educação. Uma coisa é certa: se o mundo e os jovens mudaram, o caminho natural e necessário é que a escola também mude.

CAMILA BRANDALISE é Jornalista e escreve periodicamente para esta publicação. E-mail: camila@istoe.com.br. **Revista ISTO É, Março de 2014.**

Moral de amadores (LUIZ FELIPE PONDÉ)

QUANDO não existe comércio, não há esperança. Afirmção estranha, eu sei, para um país atrasado como o nosso, que ainda não descobriu que quem faz "justiça social" verdadeira é o comércio. Um amigo esquisito que eu tenho me disse certa feita que, no século 19 no Brasil, era comum se usar a expressão "comércio de ideias". A expressão me soou familiar de alguma forma. Acho que ela é melhor do que "mundo cultural" ou "ciências humanas", porque ela descreve de forma mais precisa o que acontece quando as pessoas de fato debatem ideias.

Um dos traços do atraso ancestral do Brasil está no fato de que a elite acha que as ideias não valem dinheiro. Hoje em dia, mesmo em pânico com a crescente violência de certas ideias totalitárias no país e com o crescimento do perigoso ressentimento social, a elite continua pensando como gente atrasada: quer que o produto (as ideias) caia do céu, como se amadores pudessem construir aviões ou erguer bancos. Triste país esse que ainda vive num mundo antes da escrita. Estamos às portas de uma guerra cultural e política. O comércio é o coração de toda civilização que se preza. Os delírios políticos dos últimos 250 anos têm sua pedra de toque na condenação sistemática do comércio. Enquanto pensarmos assim, não sairemos do buraco em que nos encontramos. Você identifica um mau filósofo quando ele se dedica a condenar o comércio. Toda ética que exclui o comércio é moral de amadores.

O pior é que na prática todos nós sabemos disso, inclusive quem trabalha no comércio de ideias verdadeiro, aquele que faz circular ideias nos livros, nas revistas, nos jornais, na mídia, mesmo nessa masmorra sem luz, paraíso dos linchamentos e das bobagens, chamada redes sociais. No dia a dia, comercializamos terapias, aulas de ioga, esperanças transcendentais, sonhos futuros, curas, amores. Mas, ainda assim, insistimos na ideia primitiva de que um mundo sem comércio seria um mundo melhor. Quando vendemos algo, nem por isso partimos do pressuposto de que o que vendemos é "sujo" porque vendemos. Mas, como sempre acontece, condenamos no outro o mesmo interesse que temos em nós: ganharmos algo ao longo da vida.

Sei que os primitivos dirão que a ganância estraga tudo. Mas o comércio institucionaliza a ganância, fazendo com que ela seja mais do que si mesma, fazendo com que ela produza todo um mundo material no qual nosso espírito sobrevive. Só gente semiletrada acredita que o espírito humano precisa de menos comércio do que o corpo. Na verdade, o espírito costuma ser mais caro do que o corpo, basta comparar o preço do amor com o do sexo. Sexo é sempre barato, mesmo que você pague R\$ 5.000 por ele - por isso, aliás, é que seu efeito é tão efêmero se comparado ao do amor. Na Pré-História, por exemplo, dados arqueológicos mostram como, entre 30 mil e 20 mil anos atrás, na região que vai da

Israel moderna até as fronteiras ocidentais da Índia, se desenvolveu uma robusta (para a época) rede de comércio entre vários povoados, que assegurou uma redução da violência generalizada que caracterizava a Pré-História. Quando você vai ao cinema, quando vai jantar com amigos, quando vai à praia, quando vai a uma exposição de arte, quando vai à Europa ou ao Vietnã, quando toma remédios, quando dá um presente, você está fazendo comércio. Quando acaba o comércio, perde-se a fé no mundo. A forma mais rude dessa ideia se manifesta no uso impensado da expressão "queda do crédito", que nada mais é do que a redução do "quantum" de fé que se deposita nas relações de trabalho e de troca que sustentam uma sociedade. Homens civilizados se relacionam fazendo comércio.

Nada aqui significa um mundo perfeito, mas um mundo possível. Mesmo os semiletrados sabem, apesar de não dizerem, que é o comércio que sustenta a civilização, principalmente a liberdade das ideias. Do que viveria o espírito se não existissem grandes livrarias, físicas ou virtuais, que fazem chegar até nós Shakespeare e Machado de Assis? Espero que um dia o Brasil saia desse pesadelo pré-histórico do ódio ao comércio.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, 'Contra um mundo melhor' (Ed. LeYa). ponde.folha@uol.com.br. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2014.**

O importante ritual do sono (ROSELY SAYÃO)

QUANTAS vezes, caro leitor, você precisou dormir cedo por algum motivo e, por mais que tenha tentado, o sono não chegou? E quantas pessoas você conhece, de qualquer idade, que sofrem e reclamam de insônia, permanente ou ocasional, e até tomam drogas para resolver o problema? E quantas vezes você precisou terminar um trabalho, mas o sono não permitiu que você se concentrasse? Isso sem falar das noites mal dormidas por causa de algum problema, conhecido ou nem tanto...

Como seria bom se pudéssemos controlar o sono e também os sonhos, não é verdade? Quem quer ter pesadelo? Mas eles são indomáveis! Entretanto, mesmo sabendo disso e já tendo sentido na carne a situação, quando se trata de crianças - de nossos filhos - acreditamos que o sono deles possa ser treinado, domesticado, regado. Não pode. Ninguém consegue fazer uma criança dormir se ela não tem sono, ninguém consegue fazer uma criança permanecer acordada quando o sono a derruba. O problema é que, desde que o bebê nasce, os pais já tentam se ocupar da questão e têm à disposição vasta literatura para ajudá-los, isso sem falar dos conselhos, que chegam de todos os lados. Todo mundo quer dormir, esse é o fato, mas se a criança não dorme, os pais também não. Se o sono é indomável, significa que devemos deixar a criança

dormir e acordar a qualquer hora e que os pais precisam se submeter ao ritmo dela? Não, evitemos os extremos. Podemos ensinar à criança, por exemplo, que algumas situações favorecem o sono e que outras o impedem. Mais do que isso, precisamos antes reconhecer algumas questões importantes nessa equação criança/sono.

A primeira delas é que o sono da criança com menos de seis anos é instável mesmo. Ela pode passar um grande período dormindo muito bem e, logo depois, ficar com o sono totalmente desregulado - pelo menos na visão dos pais. Por que isso acontece? Nesse período da vida, a criança passa por muitos momentos de crise que perturbam o sono. É o desenvolvimento, são as novas conquistas, são as angústias etc. Por isso, ter paciência e disponibilidade para aceitar o fato são pontos importantes para que os pais possam ajudar a criança a superar essa fase.

Segundo ponto: o ambiente onde a criança dorme é importante. Ele deve favorecer a tranquilidade e não ter muitos estímulos que provoquem a criança ou que a despertem. E - talvez esta seja a questão mais importante - precisamos ajudar a criança a se preparar para o sono, ou seja, a entender que precisa se recolher. Criar um ritual que ajude a criança a sentir que está se recolhendo para dormir é o que podemos fazer. Cada família escolhe como construir esse ritual e, dessa maneira, a criança entende que vai se despedir da companhia dos pais por aquele dia e que vai estar consigo mesma daquele momento em diante.

Se o ritual for bom para a criança, ela, mesmo sem sono, aprende - e consegue - a ficar em seu quarto sem exigir a companhia dos pais, sem fazer escândalos etc. Pode apostar que ela consegue! Mesmo assim, de vez em quando ela pode reclamar. Aí, basta reafirmar a necessidade de seu recolhimento para ajudá-la a encontrar paz. Por último, uma pequena lembrança: mesmo sem se dar conta, os pais podem colaborar com a dificuldade da criança de dormir bem. Por isso, sempre é bom rever as próprias atitudes quando os filhos ficam com o sono conturbado.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2014.**

Sexo na terceira idade (CONTARDO CALLIGARIS)

EM TESE, os idosos de hoje começaram sua vida sexual no fim dos anos 1960. "A pílula", como eram chamados os contraceptivos, já estava nas farmácias. Não havia sífilis ou gonorréia que resistissem a umas injeções de penicilina. E soprava o vento da contracultura: transar de maneira mais "animada" do que a média era uma declaração de princípios, uma nova liberdade. Por que diabo usaríamos preservativos?

A festa durou até a epidemia de Aids. Quem começou sua vida sexual depois de 1980 teve que conciliar desejos e fantasias sexuais com a proteção de uma camisinha. Houve marqueteiros para vender o erotismo do preservativo. Não funcionou bem: as pessoas usam camisinha porque estão com medo, não porque acham graça brincar com um tubinho de borracha colorido e sabor morango.

Enfim, os que têm mais de 60 anos hoje agradecem a Deus por ter descoberto os prazeres do sexo antes de 1980 e acham que o uso da camisinha impõe uma transa menos prazerosa (não pela borracha em si, mas porque é preciso penetrar, copular sem interrupções e, no fim, cuidar para que o sêmen não extravase). De fato, eles não usaram camisinha na juventude e estão agora numa idade em que, para se excitar, é melhor potencializar tudo o que incentiva e minimizar tudo o que brocha. Não é o caso de deixar uma camisinha complicar um desejo que já não tem mais "aquela" assertividade.

De fato, eis os números. Segundo uma grande pesquisa de 2010, nos EUA, a camisinha é usada em 40% dos encontros sexuais entre jovens universitários. Agora, nos encontros entre parceiros de 61 anos ou mais, a camisinha é usada só em 6% dos casos (<http://migre.me/iebeH>). Você dirá: nada demais. Afinal, supõe-se que os idosos usem sua "melhor" idade frequentando cinemas ou teatros (por isso pagam meia), e não transando. Além disso, talvez eles estejam há tempos em casais fixos, por que usariam camisinha?

Pois é, não é bem assim. O Department of Health and Human Services dos EUA publicou, no fim de 2013, um relatório segundo o qual, entre os inscritos no programa de saúde para os americanos idosos (Medicare), os pedidos para testes de HIV e de outras doenças sexualmente transmissíveis são tão numerosos quanto os pedidos para colonoscopia (que são a cada um ou dois anos). É paranoia dos velhos? Não parece: os Centers for Disease Control and Prevention anunciam que, entre 2007 e 2011, nos Estados Unidos, a sífilis, entre maiores de 65 anos, cresceu 52%.

O que está acontecendo? Segundo Ezekiel J. Emanuel, um oncologista que escreve para "The New York Times" (<http://migre.me/ieb8J>), há duas explicações: 1) cada vez mais idosos vivem em residências para terceira idade (Nota: não se sinta culpado de deixar sua mãe ou seu pai viúvos nessas comunidades: a vida sexual que eles terão será mais divertida do que as tardes com você e os netos); 2) a reposição hormonal nas mulheres e, nos homens, a chegada de Viagra, Cialis e Levitra, renovaram a disposição sexual dos idosos.

Ok, mas não é só isso. Os idosos de hoje não transam só porque vivem em comunidades ou porque existem Viagra, Cialis ou Levitra. Eles transam obstinadamente por causa de ideias que eles mesmos lançaram com sucesso em sua juventude: a partir dos anos 1960, justamente, transar se tornou um sinal imprescindível de vigor, alegria, harmonia com o mundo e com os outros, juventude e, sei lá, boa saúde física e mental. É pelo sucesso dessas ideias que o idoso não sente alívio quando a urgência do desejo diminui (afinal, o sexo é um esporte complicado, incerto e cansativo, e poderia ser bom não ter que se preocupar mais com isso). Ao contrário, o idoso de hoje sente a obrigação de manter seu desejo vivo. Há

muitos homens idosos que usam Cialis diário para acordar cada dia com uma ereção (ou quase) e, eventualmente, fazer o esforço de fantasiar e se masturbar. E há mulheres que optam pela reposição hormonal (que não é sem riscos) para não desistir do sexo.

Em suma, a idealização do sexo tornou intolerável o descanso sexual na terceira idade. Não lamento e não encorajo ninguém a se aposentar. Apenas reparo que o aumento da atividade sexual dos idosos não é só um efeito das pílulas ou das comunidades de viúvos e viúvas, mas é um efeito da idealização do sexo que esses mesmos idosos promoveram (com grande sucesso) quando eram jovens.

CONTARDO CALLIGARIS, italiano, é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2014.**

O sociologiquês do Lepo Lepo (MALU FONTES)

O **SUCESSO** da música Lepo Lepo, gravada pelo Psirico de Márcio Victor e composta pela dupla Felipe Escandurras e Magno Santana, foi estratosférico no Carnaval de Salvador. A música estava em todos os corpos, em todas as bocas e todas as telas de TV e manchetes relacionadas locais e até nacionais relacionadas à festa.

Entretanto, o fato é que em todos os carnavais de Salvador sempre há uma música que marca a festa. Ou algumas, no plural, que disputam entre si o trono da que mais gruda no ouvido de quem está na rua e a que mais faz a galera tirar o pé do chão, botar a mão pra cima ou descer até o chão, como já foi o caso, literalmente. Sim, quem conhece o Carnaval de Salvador sabe que essas são palavras de ordem incorporadas a qualquer refrão de qualquer música entoada em cima de um trio elétrico, embora todas elas tenham, para além da obediência a esses gritos de guerra, uma coreografia própria, esquecida na quinta-feira após o arrastão das Cinzas.

Essas músicas também têm em comum o fato de os mesmos súditos que as alçam ao posto de rainha de execuções em um ano dificilmente lembrarem no ano seguinte qual foi a vencedora do Carnaval anterior. Ganha um doce quem lembrar, sem ajuda do Google, claro, qual foi a música dona do pedaço em 2012. E poucos ainda lembrarão das de 2013. Assim, o que chama a atenção em Lepo Lepo, mais do que o sucesso que fez, foi a avalanche de teses sociológicas, econômicas, antropológicas e o diabo a quatro que vieram à tona na imprensa e nas redes sociais para explicar as razões pelas quais o público do Carnaval de Salvador teria se identificado tanto com ela.

A própria expressão lepo lepo foi traduzida, aliás, por alguns veículos de imprensa, não como o que de fato é, sexo ou relação sexual prazerosa, mas como amor romântico. Que tal? Misturou-se sexo com amor romântico desinteressado de bens materiais – embora a coreografia da música desenhasse com maestria para os inocentes a coisa a que se referia –, inventou-se uma oposição entre o funk ostentação paulistano com o que seria um inaugural e novíssimo pagode miséria da Bahia, contradisseram isso tudo com uma pitada das máximas de Joãozinho Trinta sobre intelectuais versus luxo e pobreza, adicionaram um outro quê de teorias anticapitalistas para explicar o que seria a filosofia de vida de quem vive nas favelas e pronto: o Lepo Lepo recebeu no colo uma galinha pulando cheia de ovos fertilizados por um sociologiquês de meia tigela mais non sense que o texto de Morango do Nordeste. Ou alguém vai dizer que não se lembra das “batatas da terra” de Lairton & seus teclados ou que sabia o que se estava dizendo com aquilo? Desde quando as músicas que mais estouraram no Carnaval da Bahia precisam de tanta explicação para justificar seus índices de venda ou execução? Como já disseram por aí, a nova MPB, a Música pra Pular Brasileira, vai sempre muito bem sim senhor no seu nicho, ou seja, o Carnaval e seus filhotes, os carnavais fora de época país adentro e afora.

E este foi o ano do Lepo Lepo, não porque a música é anticapitalista ou deixa de ser, porque representa ou não a filosofia de vida das pessoas que vivem na periferia. Se fosse assim, o próprio Psirico teria ido pro Faustão cantar Favela ou Firme e Forte ou ainda Sou Periferia há muito tempo. E chamar os compositores e o próprio Márcio Victor de hipócritas por cantarem o desinteresse financeiro e uma supremacia do Lepo Lepo (leia-se sexo) para fazer sucesso e dinheiro só pode ser ruindade da cabeça ou doença do pé. Melhor deixar os mortos, como Marx e Joãozinho Trinta, fora desse sociologiquês que inventa teses para explicar uma música feita apenas para divertir.

MALU FONTES é Doutora em Cultura pela UFBA, jornalista e professora de Jornalismo da mesma Universidade. **Jornal CORREIO, Março de 2014.**

Adoção e deficiência (MARIANNE PINOTTI)

Lei que prioriza processos de adoção de crianças com deficiência não mudará a preferência dos pais, mas ao menos amenizará danos

UM **IMPORTANTE** passo em relação à adoção no Brasil foi dado em fevereiro último, com a sanção pela presidenta Dilma Rousseff de uma lei que dá prioridade de tramitação a processos que envolvam crianças e adolescentes com deficiência ou doença crônica. Embora a medida vise acelerar os trâmites burocráticos para adoção, uma situação que nos

inquieta é como fazer com que essas crianças e adolescentes sejam escolhidos por futuros pais. Estamos falando de um grupo considerado como excluído entre os excluídos.

Se a situação pudesse ser apresentada por uma figura geométrica, o triângulo serviria como representação fiel da atualidade no Brasil. A base seria composta pelos casais interessados e o topo pelas crianças e adolescentes aptos à adoção. Em números, são quase seis casais para cada um adotável. Segundo dados do CNA (Cadastro Nacional de Adoção), existem 5.406 crianças aptas à adoção e 30,1 mil pretendentes a pais em todo o Brasil.

No entanto, a realidade não esbarra apenas na burocracia judicial; ela transcende para questões individuais de preferência. De acordo com o CNA, os futuros pais têm preferência por meninas brancas, com idade inferior a três anos e que não incluam irmãos na adoção. O fato é comprovado por dados do Conselho Nacional de Justiça. Apenas 8% das adoções no Brasil são de crianças com deficiência. Quase 90% dos pretendentes a pais dizem não quando perguntados se querem ter filhos com alguma necessidade especial.

A situação fica alarmante quando se percebe que, no Estado de São Paulo, do universo da classe adotável de 1.339 crianças e adolescentes, a maioria tem idade avançada, 44,4% são pardos, quase 82% têm irmãos e mais de 11% têm algum tipo de deficiência, não figurando, assim, entre as preferências dos pais cadastrados no programa. A verdadeira contramão de um final feliz. Ainda bem que não faltam situações de famílias que souberam lidar com a questão da deficiência como condição humana de seus filhos.

Um exemplo que tive a oportunidade de acompanhar de perto foi o de Silvia, de 51 anos, que tem uma filha biológica de 26 anos e há seis optou por adotar uma criança. Ela fez seu cadastro para adoção sem impor qualquer tipo de restrição de cor, idade ou sexo. Depois de sete meses de trâmite legal, foi contatada para uma conversa com um médico da vara da infância que a informou tratar-se de um menino de quatro meses que apresentava deficiência visual total.

A futura mãe não teve dúvida, aceitou de pronto, já que outros 13 candidatos anteriores haviam recusado a criança. Perguntei o motivo de ter aceitado uma criança com deficiência e ela foi categórica ao responder: "Adotar não é fazer caridade. É um ato de amor e, acima de tudo, de instinto materno". A nova lei provavelmente não mudará a preferência dos pais por adotar filhos sem deficiência, mas configura um relevante avanço ao amenizar os danos a crianças que, por si sós, são preteridas desse processo extremamente moroso.

MARIANNE PINOTTI, 46, médica ginecologista e mastologista, é secretária da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida da Prefeitura de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2014.**

'O técnico estava previsto para chegar' (PASQUALE CIPRO NETO)

O maior nó da má escrita está na falta de nexos e no modo como se entrelaçam as palavras e as ideias

VOLTA E MEIA trato de algumas das muitas maravilhas perpetradas contra a língua pelos mais diversos meios de comunicação - sites à frente, bem à frente. Por motivos vários, o pessoal escreve tão mal, mas tão mal que acaba deixando perdido o pobre leitor que costuma acreditar no que está escrito num meio de comunicação.

Não se trata apenas de problemas gramaticais, como um ou outro caso de concordância ou de grafia. O maior nó da má escrita está na falta de nexos e no modo como se entrelaçam as palavras e as ideias.

Vou citar dois casos publicados recentemente. O primeiro deles é a maravilha que está no título desta coluna: "O técnico da TAP estava previsto para chegar a Cabo Verde na madrugada desta segunda-feira...". Esse problema, já visto aqui em outra ocasião, virou praga. Não é mais a inauguração de uma obra que está prevista; é a obra que está prevista para ser inaugurada... Trocando em miúdos: em vez de "A inauguração da ponte está prevista para o fim do ano", ouve-se/lê-se algo como "A ponte está prevista para ser inaugurada no fim do ano".

O que talvez explique a "novidade" é o fato de o falante/redator querer dar ênfase ao elemento que ocupa o foco das atenções, ou seja, a ponte, que, por isso, é transformada em sujeito e posta no início da frase. O que acabei de dizer explica (ou talvez explique) o desvio, mas não o justifica. Em se tratando da norma culta formal, não ocorre "A ponte está prevista para ser inaugurada no fim do ano"; o que ocorre mesmo é "A inauguração da ponte está prevista para o fim do ano".

No caso do título desta coluna, é no mínimo engraçado imaginar que um técnico (ou seja, um ser humano) está previsto para seja lá o que for. Se o caro leitor quer escreverem português formal, troque a redação dada pelo site por "A chegada do técnico da TAP a Cabo Verde está prevista para a madrugada...".

Agora veja esta outra pérola, também publicada num site: "Os corpos foram encontrados um ao lado do outro. Segundo o delegado responsável pelo caso, o crime se trataria de uma execução". Além do abominável uso do futuro do pretérito ("trataria"), totalmente desnecessário, já que se deixa claro que quem faz a afirmação é o delegado, a construção "O crime se trataria de uma execução" apresenta uma estrutura um tanto "bipolar".

Explico: ou se escreve "Segundo o delegado responsável pelo caso, o crime é uma execução", em que se determina "o crime" como sujeito de "é" ("O crime é uma execução"), ou se escreve "Segundo o delegado responsável pelo caso, trata-se de uma execução", sem "o crime", que fica subentendido por tudo que certamente se relatou antes.

Em se tratando do padrão culto formal da língua, nada de "Essa visão trata-se (ou se trata)" do resultado de uma longa pesquisa...". Que tal trocar isso por "Essa visão é o resultado de uma longa pesquisa..." ou "Trata-se da visão resultante de uma longa pesquisa..."?

Aproveito para lembrar que, no caso visto acima, o verbo "tratar" não sai da terceira pessoa do singular, qualquer que seja o tempo de sua flexão: "Trata-se de obras de primeira grandeza"; "Tratava-se de pessoas irascíveis"; "Trata-se de técnicas milenares"; "São obras pífias; caso se tratasse de obras magnas, a conversa seria outra". É isso.

PASQUALE CIPRO NETO é Professor de português desde 1975 e também colunista semanal desta publicação. É o idealizador e apresentador do programa *Nossa Língua Portuguesa*, transmitido pela Rádio Cultura (São Paulo) AM e pela TV Cultura, e do programa *Letra e Música*, transmitido pela Rádio Cultura AM. E-mail: inculta@uol.com.br. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2014.**

Depressão não é sinônimo de tristeza (CRISTIANE SEGATTO)

Um estudo inédito no Brasil revela como as empresas lidam com a doença



ACONTECE nas melhores e nas piores empresas. O colega é motivado, esperto, capaz de agir rápido. Encontra belas soluções para os maiores desafios e sempre cumpre prazos. Não tem preguiça. Veste o figurino do mundo corporativo e circula em ambientes refrigerados, mas faz o estilo Capitão Nascimento: "Missão dada é missão cumprida".

Até que, sem razão aparente, começa a sentir dificuldades de concentração. Uns esquecimentos aqui e ali. Não consegue mais planejar e tomar decisões como antes. Os colegas acham que ficou acomodado. Criam a versão que lhes parece mais conveniente e espalham o veneno: "Mais um espertinho fazendo corpo mole". O chefe interpreta a nova postura como falta de comprometimento. Conclui que ele não veste mais a camisa da empresa e o inclui rapidamente na lista dos que, em breve, serão "promovidos ao mercado".

Quem sofre não sabe o que tem, mas sabe que alguma coisa está errada. Uma colega observadora desconfia de depressão. Ninguém a leva a sério. "Como ele pode estar deprimido se conversa, brinca, sorri? Quem está deprimido fica triste, resmunga, chora no banheiro", diz alguém. Esse é um roteiro bem conhecido pelos especialistas em saúde mental. Frequente nas empresas, mas raramente administrado como se

deve pelos gestores. Depressão não é sinônimo de tristeza. Nem sempre a tristeza é o principal sintoma. Às vezes, o que aparece são as dificuldades cognitivas já mencionadas ou só perda de prazer.

Qual é o impacto da depressão no ambiente de trabalho no Brasil? Até recentemente pouco se sabia a respeito. Os resultados da maior pesquisa sobre o tema, divulgada em primeira mão nesta coluna, dão pistas importantes. Mil adultos com idades entre 18 e 64 anos, trabalhadores ou gestores em empresas instaladas no país, preencheram questionários detalhados pela internet. A pesquisa faz parte de um estudo já realizado em vários países da Europa, com financiamento da empresa farmacêutica Lundbeck.

No Brasil, a análise dos resultados ficou a cargo de Clarice Gorenstein, professora do departamento de farmacologia da Universidade de São Paulo (USP), e do médico Wang Yuan-Pang, do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas. "Ainda existem muitos estigmas em relação à doença, seus sintomas e suas consequências", diz Clarice. "Os gestores não se dão conta da magnitude do prejuízo que a depressão pode causar à produtividade dos empregados e, consequentemente, à produtividade da empresa."

Os principais resultados:

- Quase 20% dos entrevistados afirmaram já ter recebido diagnóstico de depressão
- 33% dos que tiveram depressão precisaram se ausentar do trabalho em algum momento

- 53% disseram conhecer alguém no ambiente de trabalho que teve depressão
- Depois do período de afastamento por depressão, as mulheres voltam ao trabalho, em média, depois de 56 dias
- Os homens demoram mais. Voltam depois de 80 dias.

“Os homens costumam resistir à ideia de procurar um médico”, diz Wang. “O tratamento começa quando a situação já se agravou e, por isso, eles demoram mais a voltar ao trabalho depois do afastamento.” Apenas uma em cada dez pessoas reconhece que indecisão, esquecimento e dificuldade de concentração podem ser sinais de depressão. Apesar do desconhecimento em relação a isso, 53% das pessoas que tiveram depressão afirmaram ter sentido um ou mais desses sintomas.

Entre os gestores, o despreparo é notável. Eles são muito preocupados com metas, mas dão pouca atenção às condições emocionais dos subordinados – apesar disso ser uma séria ameaça aos resultados perseguidos. Gestores que sabem lidar com gente são joias raras. Na pesquisa, a maioria disse que as empresas têm recursos para lidar com a depressão, mas eles sentem falta de apoio formal. Ou seja: não há programas e políticas internas para lidar com o problema. “No estudo, verificamos que poucos gestores reconhecem a indecisão e a falta de concentração como sintomas de depressão”, diz Clarice. A maioria não faz essa relação.

O que, afinal, causa a depressão? Problemas na família? Trânsito? Violência? Ou o próprio trabalho? A depressão do sujeito foi disparada pelo chefe ou pelo casamento ruim? Pelo assédio moral na empresa ou por sua condição sócio-econômica? Nos casos em que o sofrimento é decorrente do ambiente de trabalho é sempre difícil estabelecer aquilo que os juristas chamam de nexo causal, mas não é impossível. Abaixo, o psiquiatra e médico do trabalho Duílio Antero de Camargo explica como fazer isso. Duílio é um especialista no fenômeno do presenteísmo – aquela situação em que o funcionário não falta ao trabalho, mas trabalha doente.

A coisa é mais ou menos assim: a pessoa trabalha num ritmo insano, enfrenta pressões e acostuma-se a ouvir reclamações constantes da chefia em reuniões constrangedoras. Passa anos nesse ritmo como se esse fosse o ambiente natural de sua profissão. Não reclama, por medo de perder o emprego ou porque não quer ser considerado um fraco. Até que um dia os problemas emocionais começam a aparecer. Pode ficar ansioso, meio deprimido ou sentir medo. Se isso durar um dia ou outro e não atrapalhar a vida do sujeito, significa que ele ainda não está sofrendo de uma doença psiquiátrica. Se a ansiedade, a depressão e o medo perdurarem e começarem a provocar problemas físicos (taquicardia, hipertensão, dores de cabeça, insônia, por exemplo) pode ser o sinal de que um transtorno mental está instalado. Esse é um terreno fértil para uma série de males, entre eles transtorno do pânico, depressão, transtornos do sono, síndrome de burnout (esgotamento total) etc. Quem preza a própria saúde precisa perceber o que está em jogo. Será que vale a pena competir, suportar todas as pressões, conquistar um salário invejável e depois torr-lo no psiquiatra?

“Metas cada vez mais difíceis e todo tipo de pressão leva ao adoecimento”, diz Camargo. “Quanto mais falamos sobre o assunto, mais as pessoas têm condições de fazer uma autocrítica sobre as situações que estão vivendo.” Esse é o valor dessa pesquisa. Ela quantifica algo que estava no ar, flutuando no espaço dos temas incômodos, das verdades que poucos gostam de assumir. Agora o quadro está claro. Abaixo alguns dos sinais de depressão. Há vários outros. Alguns podem aparecer, outros não.

- * Distúrbios do sono
- * Falta ou aumento do apetite
- * Cansaço
- * Diminuição da libido
- * Tonturas, palpitações ou mal-estar constante
- * Impaciência
- * Perda do senso de humor
- * Tristeza
- * Dificuldade de tomar decisões
- * Medo, angústia, insegurança
- * Baixo nível de concentração
- * Expectativas negativas
- * Avaliação negativa de si mesmo, do mundo e do futuro
- * Perfeccionismo
- * Tendência ao isolamento

Se você não pretende passar por isso, cuide-se bem e compartilhe informação.

CRISTIANE SEGATTO é Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Março de 2014.**

Raio-X da educação básica (HENRIQUE PAIM)

MUDAR o processo educacional brasileiro exige grande esforço, ainda mais em um país que teve um despertar tardio para a importância da educação em seu desenvolvimento. O esforço é conjunto, pois na educação básica o sistema funciona em regime de colaboração entre a União, Estados, Distrito Federal e municípios. Cada Estado e cada município tem autonomia de seu sistema de ensino, cabendo à União estabelecer diretrizes e apoiar técnica e financeiramente os entes federados na cruzada pela educação com mais acesso, garantindo ao estudante uma trajetória regular e de qualidade.

Em outra dimensão, o esforço é conjunto porque envolve uma gama de atores: professores, gestores, os demais profissionais de educação, as famílias, os estudantes e a sociedade. Sabemos que as políticas públicas educacionais surtem efeito em médio e longo prazo. O investimento na construção de escolas de educação infantil trará retorno para o Brasil daqui a 20 anos. Isso porque uma criança que tem acesso a essa escola terá mais chance de concluir a educação básica na idade própria e de se tornar um profissional mais qualificado.

Por isso devemos enxergar os dados do Censo da Educação Básica de 2013 com dois olhares. O primeiro é o de que ainda temos muitos desafios pela frente. O segundo, o de que devemos destacar os bons resultados dos esforços conjuntos. Eles mostram que a educação básica no país avançou. O crescimento de 7,5% nas matrículas das creches está associado a uma política de financiamento, por meio do Fundeb, e de investimento em infraestrutura para receber esse público. O governo federal tem como meta contratar a construção de 6.000 creches até o final deste mandato da presidenta Dilma, e o que foi feito até agora já permitiu que o atendimento aumentasse 73% de 2007 para 2013.

No ensino fundamental, a redução de matrículas significa que o fluxo escolar - o estudante não está mais sendo reprovado. Outra boa notícia é a ampliação da educação em tempo integral. De 2010 para 2013, houve um crescimento de 139%, com o número de matriculados saltando de 1,3 milhão para 3,1 milhões. Só no ano passado, esse aumento foi de 45%. É importante ressaltar que, dos 3,1 milhões de matrículas, 3,07 milhões foram na rede pública. O MEC (Ministério da Educação) tem repassado, em média, R\$ 2 bilhões por ano para a ampliação da jornada escolar.

A partir do programa Mais Educação-Educação em Tempo Integral, que se revelou uma estratégia bem-sucedida do MEC para a implantação da jornada integral nas redes públicas, podemos acreditar que é factível a meta do Plano Nacional de Educação - que espera aprovação no Congresso Nacional - de termos 25% dos alunos em tempo integral nos próximos dez anos. Na educação profissional, saímos de 780 mil matrículas em 2007 para 1,44 milhão em 2013, um crescimento de 85%. Para isso, diversas políticas e ações foram determinantes. A expansão das redes federal e estaduais de educação profissional, científica e tecnológica foi uma delas. Outra foi o Pronatec, prioridade do governo da presidenta Dilma, que chegará ao fim deste ano com 8 milhões de matrículas, sendo 2,4 milhões no ensino técnico.

Após a inclusão recente de milhões de estudantes, o ensino médio tem hoje novos desafios. O aperfeiçoamento do currículo e a formação de professores são pontos que já estamos enfrentando. O avanço passa também pela possibilidade de profissionalização, oferecendo aos jovens, além da escolarização, qualificação para o trabalho. O Censo mostra que as políticas públicas estão dando resultados, mas nos desafia a avançar na busca da melhoria da qualidade da educação para garantir o desenvolvimento sustentável do país.

HENRIQUE PAIM, 47, é ministro da Educação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Março de 2014.

O Brasil como potência sustentável (STEPHEN PORDER, LEAH VAN WEY E LUIZ MARTINELLI)

TRABALHAMOS há anos para compreender os ecossistemas tropicais e a maneira pela qual as pessoas os utilizam, mas nunca vimos fazendas tão vastas ou de crescimento tão rápido quanto as de Mato Grosso. Essas fazendas, com incentivos adequados e utilizando-se das melhores técnicas agrícolas, poderiam se tornar um modelo mundial de desenvolvimento sustentável e compensar a perda de serviços ambientais causadas pelo desmatamento inicial que provocaram.

Nos últimos 15 anos, as fazendas do Mato Grosso ajudaram a fazer do Brasil uma potência agrícola mundial. Ao contrário das gigantescas fazendas dos Estados Unidos e Europa, essas não deixaram rios sufocados com algas em função da poluição por fertilizantes (pelo menos não ainda). A fauna e a flora se mantiveram nas áreas onde os ecossistemas nativos foram preservados. Diferentemente dos ciclos da borracha, ouro e juta, o boom da soja não deixou um rastro de pobreza. Mas essas fazendas ainda estão longe de serem sustentáveis. Para tanto, os agricultores precisariam congelar totalmente o desmatamento, legal e ilegal, e liderar esforços para produzir mais comida em menos terra. Em 2006, os produtores de soja aderiram a uma moratória da soja que desacelerou consideravelmente o desmatamento ilegal. Para todos os efeitos, a moratória é fundamental, mas insuficiente, porque os agricultores ainda têm direito legal de desmatar terras que controlam, e o estão fazendo rapidamente.

Uma previsão sombria surge porque as florestas e fazendas do Mato Grosso estão interligadas pela água. Os ecossistemas intactos que cercam as fazendas agem como uma bomba gigantesca de água, reciclando a chuva da região. Estudos demonstram que a continuação do desmatamento ameaça essas bombas. A água que não retorna à natureza por meio da bomba corre para os rios, aumentando a erosão dos solos e alagando áreas ribeirinhas. Se o desflorestamento manter seu ritmo atual, a precipitação pluviométrica poderá diminuir de 10% a 15% no Mato Grosso. Uma estação seca

mais longa dificultará o cultivo de duas safras anuais. E é essa dupla safra que oferece os maiores benefícios sociais e econômicos.

A conexão entre fazenda e floresta vai ficando, desse modo, mais importante e mais delicada. O único caminho para a sustentabilidade está na preservação de porção suficiente da vegetação natural da região. Para tanto é necessário mitigar a pressão nas florestas. Além de fortalecer o Código Florestal, é preciso trazer de volta o gado ao campo, uma abordagem com benefícios para a floresta e o solo. No momento, a soja produzida no Mato Grosso é usada como ração de animais na Europa e na China, levando nutrientes do solo brasileiro. Ao mesmo tempo, o vasto rebanho bovino brasileiro pasta em terras separadas das imensas áreas cultivadas do país. A separação entre a produção vegetal e animal, que se tornou uma tendência mundial, tem resultado na poluição dos rios e na necessidade de adubação das terras aráveis para substituir os nutrientes perdidos pela ausência do excremento animal.

Um compromisso com o desmatamento zero e com a reintegração de animais na agricultura tornaria o agronegócio brasileiro líder mundial no movimento para a produção sustentável de alimentos. Esperamos que essa oportunidade seja aproveitada e que as florestas, das quais as lavouras dependem, possam ser preservadas.

STEPHEN PORDER é professor de ecologia e biologia evolutiva na Universidade Brown (Estados Unidos). **LEAH VAN WEY** é professora de sociologia na Universidade Brown. **LUIZ MARTINELLI** é professor titular no Centro para a Energia Nuclear na Agricultura da USP-Piracicaba. Tradução de **PAULO MIGLIACCI**. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2014.**

Racismo x Injúria racial (JUCA KFOURI)

RACISMO É crime inafiançável e imprescritível e é bom que assim seja desde a chamada Lei Caó, de 1989, que veio substituir a Lei Afonso Arinos, de 1951. Injúria racial permite fiança e tem pena máxima de oito anos. O crime de racismo se materializa quando se impede, por motivos raciais, que alguém exerça um direito seja de frequentar um local ou obter um emprego.

A injúria racial se dá, por exemplo, quando um negro é chamado de macaco ou de ter alma branca. Trata-se de uma lesão à honra de uma pessoa. Melhor, portanto, do que as faixas da Fifa ou da FPF com os inúteis, por ineficazes, dizeres "Racismo não", será esclarecer nelas, em letras garrafais, que "Injúria racial é crime. Quem cometê-lo será punido". E ensinar a polícia porque, em Mogi Mirim, tinha PM perto de quem ofendeu Arouca e ficou por isso mesmo.

JANIO TREPLICA

Recebi de mestre Janio de Freitas a mensagem que segue e que divido com a rara leitora e o raro leitor: "Eu não entendo o Laerte, o Laerte não me entende, eu não entendo a explicação do Laerte, você não me entende, eu não entendo você - a desinteligência se alastra.

O que mais pode fazer o jornalista além de denunciar e clamar por punições?' Mesmo que possa fazer mais, não é preciso. Se denunciar e clamar por punições, em vez de ficar nas notícias iniciais e em um comentáriozinho, cria-se o impulso que costuma ferir os desatinos. Você reparou que as PMs estão indo para a rua, nas manifestações, sem levar armas de fogo convencionais ou de borracha, e mesmo a pancadaria reduziu-se muito? Não foi conquista do black bloc, não. Foi efeito da massa de comentários e notícias contra as modalidades boçais de repressão.

Será que proibir jogos em Bento Gonçalves e Mogi Mirim resolveria a questão?' Não. Nem sugeri que resolvesse. Mas pune e, como sabemos por termos sido crianças, é melhor não repetir a besteira para não ficar de castigo outra vez. Nada diferente do que vocês pedem, comigo como telespectador ou leitor, para ser aplicado aos trogloditas das arquibancadas: o castigo de ficarem sem ver jogos no campo. Apenas estendi a ausência à torcida inteira, que é conivente com as manifestações de racismo, ou ajudaria a reprimi-lo. Sua réplica propõe, aliás, que o jogo seja suspenso. Ou seja, toda a torcida seja punida com a impossibilidade de ver jogo. O mesmo que sugeri, diferindo só a duração.

Não estamos em posições tão diferentes, pois. Também em algo mais: você não precisaria estender à imprensa em geral a minha crítica à imprensa esportiva. A nota que escrevi começa exatamente assim. Se pensa que enfim vamos discordar, você está muito enganado. Com afeto - janio"

JUCA KFOURI é Jornalista e escreve periodicamente para esta publicação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2014.**

Não à impunidade (ALEXANDRE DE MORAES)

A EXTRADIÇÃO do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato seria o ato do Estado italiano em entregá-lo, em face da condenação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ação penal 470, o mensalão, à pena privativa de liberdade de 12 anos e sete meses de prisão à Justiça brasileira, que é competente para aplicação da sanção em nosso território.

O pedido precisa partir do governo brasileiro, jamais do Ministério Público ou do STF. À Itália, cabe analisar os requisitos previstos em sua Constituição e legislação, que não proíbem a extradição de seus nacionais (natos ou

naturalizados), apresentando maior flexibilidade do que o texto constitucional brasileiro, que nunca permitiria a extradição de brasileiros natos e, de maneira excepcional, em duas hipóteses, permitiria a de brasileiros naturalizados.

Em seu artigo 26, a Constituição italiana afirma que a extradição do cidadão italiano será permitida quando expressamente prevista pelas convenções internacionais, o que vem possibilitando extradições para os Estados Unidos em crimes transnacionais (máfia), com fundamento em duas convenções das Nações Unidas: aquela contra o crime organizado transnacional - Convenção de Palermo - e aquela contra a corrupção, ambas incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro. A dupla nacionalidade do fugitivo Pizzolato não é empecilho à concessão de sua extradição, nem garantia, pois um dos requisitos para que isto ocorra é a existência de reciprocidade entre os países. Ou seja, nos mesmos crimes, hipóteses e condições, o Brasil precisaria se comprometer a analisar eventual pedido italiano de extradição. Esse requisito é formalizado por meio de um tratado de reciprocidade ou por uma promessa de reciprocidade restrita do país requerente no próprio pedido.

Entre Brasil e Itália, há tratado de reciprocidade, que, todavia, não abrange a possibilidade de extradição de nacional. Esse obstáculo somente seria superado caso houvesse promessa de reciprocidade restrita do governo brasileiro em relação aos pedidos italianos de extradições nas mesmas hipóteses: o Brasil precisaria comprometer-se a analisar extradições de brasileiros natos e naturalizados, desde que solicitadas pela Itália. Essa promessa, entretanto, seria nula, pois a Constituição Federal não admite extradição do brasileiro nato e só autoriza a do naturalizado em duas hipóteses (artigo 5º, LI): "Crime comum praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei". O STF já decidiu pela inviabilidade de concessão de extradição por impossibilidade de cumprimento da promessa de reciprocidade que contrarie frontalmente a Constituição do país que a requer (Brasil/Alemanha, Extradições 1002, 1003 e 1010).

Apesar desse empecilho, é possível solucionar o problema sem que prevaleça a impunidade, devendo ser elaborado um duplo pedido à Itália. No primeiro, seria requerida a extradição com base no artigo 26 da Constituição italiana e nas convenções, porém sem a promessa de reciprocidade restrita, que seria inválida pela Constituição brasileira. A decisão de não exigir a reciprocidade restrita ficaria a cargo da Itália e respeitaríamos nosso texto constitucional.

O segundo pedido, subsidiário, seria feito com base no artigo 16, item 12 da Convenção de Palermo e no artigo 44, inciso 13 da Convenção contra a Corrupção, que estabelecem que se a extradição pedida para efeitos de execução de uma pena for recusada porque a pessoa desse pedido é um cidadão do Estado requerido, a Justiça italiana executaria a pena aplicada pelo STF no próprio território italiano e sob suas leis de execução. A concessão da extradição ou o imediato cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada pelo STF na Itália evitariam a impunidade, desencorajando futuras fugas.

ALEXANDRE DE MORAES, 45, é advogado e chefe do Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da USP. Foi secretário da Justiça do Estado de São Paulo (governo Geraldo Alckmin) e membro do Conselho Nacional de Justiça (2005 a 2007). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2014.**

Não ocupe a vaga para deficientes (RALF ZIETEMANN)

NA ÚLTIMA terça-feira, 11, quando saía do shopping Eldorado, em São Paulo, deparei-me com um veículo oficial estacionado na vaga preferencial imediatamente ao lado do meu carro e verifiquei que se tratava de nada menos que o veículo da ministra da Cultura, Marta Suplicy.

Imediatamente, saquei a minha câmera fotográfica e registrei o fato descabido e desrespeitoso. Uma reportagem com a fotografia foi publicada por esta **Folha** ontem e teve grande repercussão. O ministério informou que o motorista do carro que levava Marta foi advertido pela "grave falha". Eu podia dar-me por satisfeito com o resultado da minha atitude, mas, como estou há anos sofrendo com esse problema de ocupação indevida de vagas preferenciais, resolvi iniciar uma jornada para organizar uma campanha nacional de conscientização e de respeito às vagas preferenciais.

De acordo com o portal Mobilidade Urbana Sustentável, algo entre 700 e 800 milhões de pessoas - 10% a 12% da população mundial-- têm alguma deficiência física. Dessas, 90% vivem em países em desenvolvimento, estão em idade produtiva, mas vivem desempregados. A Prefeitura de São Paulo está preparando um site para dar continuidade ao censo da população com deficiência, e a estimativa é que vivam na capital paulista cerca de 2,7 milhões nessa condição, a maioria usuária do transporte público. É muita gente para uma cidade repleta de barreiras físicas e muitas vezes também culturais.

A compreensão sobre a deficiência, ainda segundo o Mobilize, vem evoluindo. Cada vez mais, entende-se que uma deficiência física não é apenas uma condição estática: a deficiência e sua gravidade dependem do ambiente em que a pessoa vive. Se as cidades oferecessem condições para uma pessoa em cadeira de rodas sair de casa e chegar, em tempo razoável, a um local de trabalho digno e, depois do expediente, ir ao cinema e achar um lugar bom para assistir ao filme, essa deficiência já não seria qualificada como tão grave nos índices de mobilidade.

Por outro lado, os deficientes que possuem seus veículos, muitas vezes adaptados, têm o direito adquirido às vagas preferenciais que exibem o sinal internacionalmente aprovado pela ONU. Porém, é frequente a ocupação indevida dessa vaga, muitas vezes por motocicletas. Acontece também de o estabelecimento que se presta a disponibilizar uma vaga a portadores de deficiência inexplicavelmente obstruí-la com correntes. Já passei por inúmeras situações de constrangimento,

tendo inclusive sido agredido física e moralmente. Na tentativa de reverter esse quadro triste e decepcionante, proponho uma campanha educacional de abrangência nacional para promover a conscientização da população.

Precisamos de filmes exibidos na TV e nos cinemas, de placas e panfletos nas ruas e nos estacionamento, artigos e reportagens nos jornais e revistas e sobretudo de educação sobre o trânsito nas escolas. Qualquer pessoa pode tornar-se um deficiente físico. Basta uma fração de segundo para que acidentes de qualquer natureza aconteçam. Pessoalmente, torço para que você, caro leitor, permaneça com a sua mobilidade física integral e jamais precise usar uma vaga preferencial.

RALF ZIETEMANN, 65, aposentado por invalidez, é químico e músico multi-instrumentista. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2014.**

Um papa pra chamar de seu (RODRIGO COPPE CALDEIRA)

Na era da 'espiritualidade: faça você mesmo', Francisco é um quase-produto, usado simbolicamente por grupos em comunhão ou não com Roma

OS CAMINHOS da igreja são de fato insondáveis. Foi o que afirmei um dia depois da eleição do argentino Jorge Mario Bergoglio ao sólio papal em artigo para a **Folha**. Ao escolher o nome Francisco e se apresentar no balcão da basílica de São Pedro de maneira inédita como bispo de Roma, pedindo aos presentes que rezassem por ele, inaugurou a temporada das especulações: quem era aquele homem? O que a escolha daquele nome significava? Aquele seria o papa que mudaria o rosto da igreja?

Centenas de análises foram feitas no decorrer deste ano, no qual Francisco se tornou o queridinho da opinião pública, desbancando seu "antecessor midiático", João Paulo 2º. Sua imagem está por todos os lados: é o perfil mais influente no Twitter, foi eleito personalidade do ano de 2013 pela revista norte-americana "Time", apareceu inesperadamente na capa da revista de cultura popular "Rolling Stones", é figurinha fácil nos jornais diários pelo mundo. Neste momento em que a imagem tem papel central nas relações sociais, delineando identidades e marcando quão "autênticos" somos, Francisco torna-se um papa na medida do nosso tempo. Não que ele se queira assim. Mas assim se torna.

Na era do "consumo emocional" identificado pelo sociólogo francês Gilles Lipovetsky e da "espiritualidade: faça você mesmo", Francisco é um quase-produto, usado e abusado simbolicamente de diferentes maneiras por indivíduos e grupos em comunhão ou não com Roma. A obsessão atual por autenticidade, concretizada na busca por singularidades e excepcionalidades que nada mais são do que expressões do "mito do genuíno", fornece esse caldo psicocultural por meio do qual os sujeitos se relacionam e interpretam os significados em torno de Francisco. São através dessas lentes que enxergam o papa, que, por sua desenvoltura pessoal carismática, desperta as mais variadas experiências imaginárias, afetivas e emocionais. Ao não ceder a modelos já estabelecidos, Francisco age livremente, pronunciando-se sobre temas de maneira nunca antes feita por seus predecessores, o que encanta e gera identificação a diversos grupos.

Escuta-se, aqui e ali, as reações positivas de algumas pessoas que se sentem profundamente tocadas pelos seus gestos e palavras, seu olhar e seu sorriso. Ao se colocar de forma aberta frente às diferenças e assumir publicamente seus próprios erros - como o furto de uma cruz que praticou no passado -, Francisco desperta emoções nos corações mais reticentes com a instituição que ele representa e se aproxima de maneira inédita daqueles que já não esperavam mais nada da igreja. É tarefa difícil ficar impassível à sua imagem. Aquele homem de branco, tão humano e próximo, que carrega sua própria valise e opta por uma vida simples tornou-se um exemplo para a contemporaneidade e seus indivíduos atomizados, que fazem dele um "papa pessoal".

Resta saber se esse impacto da imagem de Francisco renderá frutos à Igreja Católica diante da crise cultural em que está imersa e se possibilitará o retorno à vida sacramental daqueles muitos católicos não praticantes que perderam a sensação de acolhimento nessa instituição.

RODRIGO COPPE CALDEIRA, 36, historiador, é professor do Departamento de Ciências da Religião da PUC Minas (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) e autor de "Os Baluartes da Tradição". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2014.**

O mundo segundo Einstein (MARCELO GLEISER)

A revista americana "Time" escolheu Albert Einstein como a pessoa mais influente do século 20

COMO escrevo estas linhas no aniversário de Einstein (14/3/1879), nada mais apropriado do que celebrar a visão desse homem que tanto contribuiu para transformar nossa visão de mundo. A revista americana "Time" escolheu Einstein como a pessoa mais influente do século 20.

Nada mal para um garoto que teve dificuldades na escola (mais por rejeitar a rigidez do sistema educacional alemão do que por dificuldades pedagógicas), que quase não conseguiu completar seu doutorado em física (por se desentender com seu orientador, questionando sua autoridade), e iniciou sua carreira científica isolado do meio acadêmico (como fiscal de patentes em Berna, na Suíça, por não ter conseguido uma posição numa universidade).

O que fez a diferença para Einstein foi sua incrível independência e coragem intelectual. Por rejeitar a noção de que a autoridade é dona da verdade, Einstein questionou as suposições da física de seu tempo, sem se deixar intimidar pela fama de seus colegas mais velhos. Em 1905, com 26 anos, publicou, sozinho e escrevendo do escritório de patentes, quatro artigos revolucionários. Seus interlocutores eram sua esposa, também física e colega de turma, e alguns amigos, que encontrava nos cafés à noite.

Na virada do século 20, a física clássica estava em crise: várias descobertas feitas em laboratórios contradiziam os ensinamentos dos três pilares da física clássica: a mecânica e a teoria da gravitação de Newton; o eletromagnetismo de Faraday e Maxwell; e a termodinâmica, o estudo do calor. Quando os grandes cientistas da época tentavam aplicar essas teorias para explicar o que mediam no laboratório, obtinham resultados desastrosos. Algo tinha que mudar, e com urgência.

Em 1900, Max Planck propôs algo que a ele mesmo soava absurdo: objetos absorvem e emitem energia em pacotes (em "quanta"), e não continuamente. Usando essa ideia estranha, e contra a sua vontade, Planck resolveu um dos desafios da época: provar que um corpo, quando aquecido, não emite energia sem controle. A revolução quântica, que hoje domina nossa tecnologia digital, teve início com a audácia de Planck.

Baseando-se nos "quanta" de Planck, Einstein propôs três ideias revolucionárias: a luz pode ser interpretada como vindo em pacotes, os fótons, e não só como sendo uma onda (dualidade onda-partícula); a velocidade da luz é sempre a mesma, independentemente da velocidade da sua fonte ou do observador (teoria da relatividade especial); uma amostra de matéria pode ser convertida em luz (ou melhor, em radiação eletromagnética), sua energia convertida na energia da radiação resultante multiplicada pela velocidade da luz ao quadrado ($E=mc^2$).

Cada uma dessas ideias é digna de um prêmio Nobel, e todas surgiram nesse mesmo ano, 1905. De quebra, o quarto artigo do ano provava a existência das moléculas. Einstein era uma criatura da luz, e fez da luz sua grande inspiração. Uma das consequências da sua teoria da relatividade geral, de 1915, é que vivemos num universo em expansão. Desse universo, podemos apenas perceber o que existe dentro de uma bolha de informação, demarcada pela distância que a luz pôde viajar desde o Big Bang. Somos parte luz e parte prisioneiros dela.

MARCELO GLEISER é professor de física teórica no Dartmouth College, em Hanover (EUA), e autor de "Criação Imperfeita". Facebook: goo.gl/93dHI. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2014.**

Um discurso a ser reconstruído (LEONARDO SÁ)

Preconceitos e estereótipos predominam quando o debate é a violência contra jovens



Afastar a influência da emoção é o caminho mais razoável para discutir o tema

A QUESTÃO da violência contra jovens é uma das mais delicadas e dolorosas fraturas da vida social no Brasil, e é sobre ela que precisamos aprender novas formas de problematização para suscitar debates à altura dos desafios. É preciso lembrar que práticas de violência não ocorrem no vazio social, mas estão conectadas a um contexto sociológico mais amplo. As diversas formas da violência estão ligadas a variados conflitos sociais e ao campo das desigualdades que as tornam mais agudas. Se os indivíduos adultos da sociedade contemporânea sentem-se frágeis, vulneráveis e, por vezes, descartáveis nas dinâmicas da vida competitiva e da nova economia, o que dizer dos segmentos jovens, que ainda buscam

construir seus repertórios e recursos para lidar com os problemas da vivência coletiva?

Quando falamos de jovens, devemos considerar a sua pluralidade – pois não há uma juventude, mas juventudes no plural. Por exemplo, as práticas de consumo dos jovens se dão em razão da adoção de estilos de vida que possam alimentar de sentido a existência e o viver. Dizer que os jovens buscam uma vida que possa ser considerada significativa é uma afirmação que merece duas observações complementares. Primeiro, o sentido da busca é impresso pela perspectiva dos próprios jovens. Não adianta adotar posturas adultocêntricas que pretendem impor autoritariamente para os jovens o modelo de conduta a ser adotado. Segundo, não há um único modelo nem há um formato supostamente superior que sirva como modelo para todos os outros. As juventudes são plurais em suas buscas e, por conseguinte, os modelos de referência também o são. Os jovens se realizam pela aquisição de capacidades agentivas de sujeitos (percepção, imaginação, desejo,

competência, habilidade) por meio de diversos estilos de vida. E o que isso tudo tem a ver com o entendimento da violência contra jovens?

O primeiro ponto é esse alargamento que é preciso fazer nos debates. Não há relação de causa e efeito linear entre pobreza e violência. As violências estão mais próximas do fenômeno da desigualdade do que da pobreza. Afinal, pode haver diminuição da pobreza, num sentido estritamente econômico, e aumento das desigualdades pela distribuição das oportunidades de poder, cultura, arte e lazer. A renda, por si só, não é capaz de definir mudanças de estilo de vida, o que não quer dizer que alterações nas rendas das famílias não pressionem mudanças na estratificação da vida social. Segundo ponto, as violências cometidas contra os jovens são lidas socialmente por uma tendência de criminalização da juventude. Os jovens são percebidos por certos discursos que alimentam tais percepções como "infratores", "criminosos", e essas criminalizações muitas vezes não correspondem à realidade dos fatos.

Terceiro, a sujeição de jovens às formas de violência (doméstica, sexual, letal etc.) precisa ser discutida a partir da relação entre vitimização e protagonismo de violência. Poderíamos aventar a seguinte hipótese para animar o debate: não há protagonista de violência que não tenha sido vítima de violência, afinal, esta é aprendida no contexto das interações sociais violentas, o que não quer dizer que toda vítima de violência necessariamente se tornará um agressor. Quarto ponto, a própria palavra violência é polissêmica. Ela guarda tantos sentidos quanto múltiplas são as experiências de quem a usa. Em vez de definir previamente o que seja a violência, tanto nas pesquisas quanto nos processos pedagógicos, parece ser mais instigante estimular as expressões simbólicas da violência nas perspectivas de diversos atores sociais, de modo que os interlocutores, os educandos, possam perceber entre si a diversidade de contextos socioculturais que os afetam. Desse modo, esses se tornariam intérpretes do fenômeno por meio do diálogo interpares com a mediação dos educadores.

Existe uma tendência generalizada em se enxergar a violência como sendo algo realizado pelos outros. São diversas as resistências por parte de um sujeito em se assumir como agressor, perpetrador, protagonista e ator de violência. Descarregar a culpa da violência nos outros, principalmente, quando esses outros são tão socialmente vulneráveis, é uma ação de violência simbólica que alimenta o circuito das violências. Um quinto ponto poderia ser resumido pela ideia do uso da violência como recurso de estilização de atitudes. Essa estética (produto não exclusivo dos jovens, mas de indústrias culturais, campo da publicidade e outras mediações) tem feito uma celebração de um ideal de "eu" que, no fundo, é a celebração do ideal de adulto a ser socialmente premiado: aquele que obtém sucesso, dinheiro e poder para a ostentação de seus feitos, mesmo que de modo ilegal. Há fantasias de onipotência nessas fórmulas massivamente difundidas que podem instigar as fantasias dos impotentes e dos frustrados, o que ocorre com frequência, trazendo consequências para outras formas de legitimação da participação na vida social.

Nas discussões sobre o tema da violência contra os jovens, o risco maior é o lugar que ocupam as emoções na caracterização do problema. Preconceitos, estereótipos, clichês, julgamentos morais, raivas, verdadeiras descargas emocionais ocorrem quando o tema da violência é proposto. O próprio educador, como mediador das discussões, precisa exercer uma autorreflexão no processo para não imprimir aos debates as marcas pessoais de suas frustrações e prejulgamentos. Não há nada mais fácil do que escorregar para o campo apaixonado das lutas de opinião, o que faz do objeto da violência um dos mais difíceis de ser apreendidos de modo crítico e racional. Desconstruir os discursos sobre a violência, problematizando-os, parece ser o caminho mais razoável para enfrentar esse tema repleto de animosidades.

LEONARDO SÁ é professor da Universidade Federal do Ceará e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência LEV/INCT/Pronex. **Revista CARTA NA ESCOLA, Março de 2014.**

Paga o justo pelo baderneiro (FERREIRA GULLAR)

Essas pessoas já se deram conta de que o policial é gente como nós, com mulher, filhos e tudo mais?

A POLÍCIA não goza de muito prestígio na opinião pública brasileira. E as razões são muitas, sendo uma delas a venalidade de muitos policiais - e não apenas de soldados rasos e cabos-- que se valem da autoridade que o Estado lhes atribui para chantagear e tirar vantagens. Eles se vendem, para falar claro.

Sucedo que isso não ocorre só com os policiais. Outro dia mesmo, a imprensa noticiava a falcatrua que funcionários da prefeitura paulistana faziam, valendo-se do fato de terem a função de fiscalizar o pagamento do ISS. E há o mensalão, há o mensalinho, etc. etc. Mas voltemos à polícia. Do mesmo modo que a existência de corruptos numa instituição não significa que todos ali sejam corruptos, também há nas corporações policiais muita gente correta, e essa gente é a maioria. Fora isso, devemos lembrar que a polícia é uma instituição imprescindível à sociedade e, se é ruim com ela, impossível sem ela.

Vou dar o exemplo de um conhecido meu que tinha horror à polícia, e com razão, porque foi preso e maltratado por policiais durante a ditadura militar. Pois bem, sucedeu que, num fim de semana, quando ele e a mulher voltaram do sítio, encontraram o apartamento saqueado: os ladrões haviam levado quase tudo. Ficaram perplexos. O que fazer? Não havia outra coisa a fazer, senão chamar a polícia. Foi o que fizeram. E não é que a polícia prendeu os ladrões e recuperou quase tudo o que eles haviam levado? Claro, nem sempre a polícia é eficiente mas, se não se recorre a ela, vai recorrer a quem?

É isso aí. Há um momento em que a polícia resolve. O policial não é policial porque lhe deu na telha seguir essa profissão; a polícia foi criada pela sociedade porque, sem ela, o convívio humano se tornaria inviável. Na verdade, ela existe

porque existe a lei, que é a garantia dos cidadãos, impede que fulano invada sua casa, roube seus bens e até mate você. Pode ser que não ocorra, mas, quem o fizer, será preso, processado e punido. Se não for punido, a culpa não é da polícia.

Já imaginou uma cidade sem polícia? Lembra das favelas cariocas, antes da polícia pacificadora? Meia dúzia de bandidos, armados e cruéis, faziam ali o que queriam, apropriavam-se das residências alheias, estupravam as mocinhas e impunham sobre todos os moradores a lei do cão. Com as UPPs, isso acabou. Por que então tanta gente é contra a polícia? Após as manifestações de junho de 2013, quando centenas de milhares de pessoas saíram às ruas para protestar contra governantes e políticos corruptos e incompetentes, grupos de baderneiros se aproveitaram da situação para praticar vandalismo: quebraram agências bancárias, saquearam lojas, queimaram bancas de jornal.

A polícia teve que intervir, mas o vandalismo não parou. Centenas de baderneiros foram presos pela polícia mas, horas depois, estavam soltos, porque a lei não permite mantê-los presos. Resultado, as pessoas que protestavam contra os maus políticos deixaram de sair às ruas porque as passeatas se transformaram em batalhas entre policiais e vândalos. Mas sempre que alguém é chamado a opinar sobre esses fatos, ainda que não apoie os baderneiros, critica a polícia, afirmando que é violenta e despreparada para lidar com tais manifestações. Acho que já é hora de perguntar a essas pessoas se já se deram conta de que o policial é gente como nós, tem mulher, filhos e não gosta de ser agredido com pedras, rojões e canos de ferro. E tampouco quer morrer. Por falar nisso, nesses últimos dois anos, aqui no Rio, dez policiais de UPPs foram mortos por bandidos.

O cara se faz policial porque necessita ganhar um salário, sustentar a família. E nisso arrisca a própria vida. No caso das manifestações de rua, a polícia porta armas não letais, e tem que usá-las. Ou deve sair correndo quando os vândalos passam a agredi-la? E essa agressividade cresce a cada dia. Mas pega bem ser contra a polícia. Até o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria da Presidência da República, outro dia, tomou o partido de manifestantes contra os policiais, embora 20 deles tenham sido espancados e feridos. Se não tomarmos jeito, os baderneiros vão ganhar essa guerra.

FERREIRA GULLAR é escritor e escreve semanalmente para esta publicação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2014.**

Respeitosamente vândala (EDUARDO NUNOMURA)

Confira, na íntegra, a entrevista com a pensadora e ativista Ivana Bentes, publicada na CULT 188



“**INOCENTE**, pura e besta”. É assim que a ensaísta e professora Ivana Bentes diz ter chegado ao Rio de Janeiro, em 1980, família de comerciantes, sem sobrenome para ostentar, nascida em Parintins, no Amazonas, e tendo passado a juventude em Rio Branco, no Acre. Foi a entrada em uma universidade pública, a Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que mudou sua trajetória.

Segundo ela, frequentar um espaço que ainda forma uma elite não foi uma inclusão, mas uma intrusão social, daquelas que fazem uma pessoa dar um salto astronômico. Foi naquele ambiente universitário borbulhante de oportunidades e desafios que Ivana foi traçando sua carreira profissional. Primeiro como redatora e ensaísta no Caderno Ideias, do Jornal do Brasil,

onde teve a oportunidade de se conectar com centenas de escritores, intelectuais e pensadores. E antes escrevendo sobre cinema na revista *TABU*, do Grupo Estação Botafogo, o icônico cinema carioca, que deu a ela a chance de se formar cinematográfica e culturalmente e mais tarde protagonizar polêmicas como a que lançou em torno do filme *Cidade de Deus* e sua “cosmética da fome”. No Jornal do Brasil, entendeu o jogo de influência cultural, política e de intervenção no mercado da mídia e suas engrenagens.

No início dos anos 1990, engatou um mestrado e um doutorado na ECO, mas foi com a formação em grupos de estudo de filosofia, onde mergulhou no pensamento de Gilles Deleuze, Michel Foucault e mais recentemente Antônio Negri, que pôde perceber o poder de mobilização dos conceitos. Na ECO, onde entrou como aluna, se tornou professora da pós-

graduação e diretora, tendo como professores e depois colegas Muniz Sodré, Márcio Tavares d'Amaral, Emanuel Carneiro Leão, Heloísa Buarque de Hollanda. Percebeu rapidamente que a Universidade só faria diferença se fosse o ambiente para o surgimento de formadores de opinião, críticos, pensadores e agentes de transformação e não formar o profissional fordista substituível das redações. Entre 2006 e 2013, ela assumiu a direção da ECO decidida a usar o grande laboratório universitário para radicalizar práticas democráticas, estimulando os alunos a participarem de ações de ativismo, movimentos culturais e sociais da cidade, redes de mídia e cultura.

Nesta entrevista, Ivana Bentes discute as novas diretrizes para os cursos de jornalismo, política e comunicação, o midialivrismo, a sociedade em rede e as mutações pós-mídias digitais. Para ela, se o capitalismo é comunicacional, a revolução terá que ser também midiática. Ciente da importância do campo das Comunicações nos dias de hoje, para muito além dos bancos universitários, a professora afirma que há momentos em que é preciso sair do figurino acadêmico para poder se comunicar e falar para o público fora da academia. Talvez por isso a jovem "inocente, pura e besta" topou posar para a foto dessa reportagem numa pose que ela chama de "respeitosamente vândala".

Qual a sua avaliação sobre os parâmetros curriculares recém-instituídos pelo Conselho Nacional de Educação para os cursos de jornalismo?

Um retrocesso e uma quase tragédia. Surge na contramão do entendimento de pensadores e teóricos da comunicação que fizeram o movimento oposto décadas atrás, procurando incluir o jornalismo como parte de uma formação mais ampla. Foge ao contexto atual de convergência das mídias e de produção da informação nas redes sociais que exige um profissional com múltiplas habilidades, um analista simbólico, um ensaísta, um ativador e produtor de desejos. Esse perfil não tem nada a ver com o profissional adestrado por uma formação fordista e extremamente limitada, do "quê, quem, como, onde", e que passa longe de todos os clichês que construímos em torno desse personagem.

As novas diretrizes respondem a uma crise de mediação. Mas o jornalista não é mais o mediador privilegiado, o "gatekeeper", o guardião do que é ou não é notícia, do que é ou não noticiável. As corporações de mídia e o jornalismo nunca foram tão questionados e buscam manter de pé uma mística da excepcionalidade da atividade jornalística. Com ou sem formação especializada, a mídia somos nós. O que não acaba com a necessidade de formação, mas a estende para toda a sociedade. O jornalismo é importante demais para ficar na mão de corporações, cartórios e especialistas.

A sra. começou afirmando que vê um retrocesso e uma quase tragédia...

É uma quase tragédia porque acredito que o paradigma das redes, do midialivrismo, do jornalismo-cidadão, a comunicação pós-mídias digitais, os estudantes, professores, ativistas e teóricos que lutam por uma formação desengessada, todos eles vão canibalizar as diretrizes (do CNE) e subvertê-las. Pode ter retrocesso, mas não tem volta. As novas diretrizes são fruto de uma disputa por poder de um grupo de professores e especialistas a quem chamamos de "as viúvas de Gutenberg", extremamente corporativos e que funcionam no campo da Comunicação como a "vanguarda da retaguarda", para sermos gentis. O que está em curso é a tentativa de manter uma excepcionalidade para a atividade jornalística e também uma manobra para a volta da exigência do diploma de jornalista para exercer a profissão, que foi derrubado em 2009 e até agora não fez a menor falta.

A sra. é contra o diploma de jornalista?

Sempre fui contra. O fim da obrigatoriedade não acabou com os cursos de Comunicação, nem diminuiu a busca pela habilitação em Jornalismo, campos que nunca foram tão valorizados. Os jornais sempre burlaram a exigência de diploma pagando muitas vezes os maiores salários aos não-jornalistas, cronistas, articulistas, vindos de diferentes campos. As universidades não precisam formar os "peões" diplomados, mas jovens capazes de exercer sua autonomia, liberdade e singularidade, dentro e fora das corporações. Não precisamos de profissionais "para o mercado", mas capazes de "criar" novos mercados, jornalismo público, pós-corporações, produção colaborativa em rede.

O mais importante nenhuma entidade corporativa defendeu nem pensou: uma seguridade nova para os *freelancers*, os precários, aqueles que não têm e nunca terão carteira assinada. Essas são as novas lutas no capitalismo. A ideia de que para ter direitos é preciso se "assujeitar" a uma relação de patrão-empregado, de "assalariamento", é francamente conservadora.

Sem a obrigatoriedade do diploma, qual o sentido de um jovem ingressar em uma faculdade de Comunicação?

O capitalismo, as revoluções dentro do capitalismo e as ações anti-capitalistas, a publicidade, a economia imaterial, tudo isso depende desse domínio midiático e da posse dessas linguagens. O capital já entendeu isso faz tempo. E se quisermos pensar jornalismo público, jornalismo do comum, a produção de um midiativismo capaz de ativar os desejos por mudanças sociais, tudo isso passa por um outro tipo de formação. A comunicação é central na sociedade de redes. Se o capitalismo é comunicacional, a revolução terá que ser também midiática. É um campo fascinante, que não para de mobilizar os jovens.

Há duas décadas, a Sra. iniciou sua vida acadêmica. Já formou centenas de jornalistas que estão no mercado. Eles estão cumprindo seu papel social?

A Escola de Comunicação da UFRJ formou e forma desde a Fátima Bernardes, que até pouco tempo atrás dividia a bancada do Jornal Nacional com William Bonner, até o Rafucko, que acabou de lançar um vídeo com mais de 800 mil visualizações. Esse vídeo desconstruía, criticava e esbravejava um editorial da Globo sobre as manifestações e a liberdade de expressão. Formamos a elite que reproduz o poder e os que lutam por mudanças radicais e se arriscam e inovam. Essa disputa é feita dentro da universidade. Somos criticados por formarmos editorialistas, jornalistas que colocam sua inteligência a serviço do capital ou nos entretendo com perfumaria. E, ao mesmo tempo, um blog da Veja, me acusou de ser uma “blackblocteacher”, de formadora de blackblocs e ativistas radicais, em um texto ressentido e equivocado, mas que não deixa de ser um elogio.

Quais são as implicações do surgimento da chamada nova classe média do ponto de vista comunicacional?

As periferias são laboratórios de mundos e a riqueza do Brasil. Não mais os pobres assujeitados e excluídos de certo imaginário e discurso, mas uma ciberperiferia, a riqueza da pobreza (disputada pela Nike, pela Globo, pelo Estado) que transforma as favelas, quilombos urbanos conectados, em laboratórios de produção subjetiva. A carne negra das favelas, os corpos potentes e desejantes, a cooperação sem mando, inventando espaços e tempos outros (na rua, nos bailes, lanhouses e lajes), estão sujeitos a todos os tipos de apropriação. É que as favelas e periferias são o maior capital nas bolsas de valores simbólicas do país, pois converteram as forças hostis máximas (pobreza, violência, Estado de exceção) em processo de criação e invenção cultural. Além disso, o midiativismo ganha força na periferias, em projetos como a ESPOCC, Escola Popular de Comunicação Crítica da Maré, Viva Favela, Agência Redes Para a Juventude, que formam comunicadores populares e midiativistas.

Isso tudo é muito novo no Brasil.

O Rio de Janeiro serve de exemplo. É um termômetro da difícil e paradoxal tarefa de calibrar essa euforia pós-Lula, do presidente Macunaíma que turbinou a periferia, e os retrocessos no governo Dilma, que trouxe os “gestores de subjetividade”, que reverterem e monetizam a potência das favelas e periferias para o turismo, corporações, bancos e para o consumo. O que vemos na publicidade das UPPs, da Copa do Mundo e dos shoppings é o que chamo de inclusão visual dos jovens negros ou da cultura da periferia. Mas os mesmos jovens são mortos pela polícia como elementos “suspeitos” nas favelas ou impedidos de entrar nos shoppings para dar um rolezinho.

A ascensão social de jovens das periferias tem deixado parte da sociedade em transe. Eles estão no centro da profunda transformação social...

Aí vem a reação da Casa Grande, e a mídia em geral amplifica esse discurso, colocando travas e controle na mobilidade urbana e no direito de ir e vir da juventude popular. A juventude negra e periférica vira uma “classe ameaçadora”, que não é bem-vinda nos espaços de consumo da classe média branca. Ao estado de exceção e à violência contra os pobres se acrescenta uma polícia que reprime o funk e os rolezinhos. Essa incapacidade de entender as novas formas de sociabilidade e mobilidade dos jovens traz à cena o velho horror das classes populares e o apartheid racial, social e cultural. A ascensão social expõe a crise das cidades, a privatização dos espaços públicos e o desinvestimento nos equipamentos de lazer. O esquema de segurança dos shoppings, revistando e controlando os pobres, é a ostentação do fracasso do Estado e da sociedade na partilha da cidade.

As maiores publicações do país, como Veja, Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, TV Globo, vieram a público explicitar seus critérios editoriais. Trata-se de uma resposta às inúmeras críticas que a imprensa vem recebendo da população?

A mídia no Brasil parece querer substituir o Estado de direito, se vê como braço do Estado, podendo, inclusive, colocá-lo em crise a qualquer momento. Negocia denúncias, pessimismo e otimismo, reputações. Mal disfarça a editorialização dos fatos. Mas o mais preocupante é quando infundem o medo das ruas, da política, dos pobres, da juventude, da “esquerda”. Interferem e direcionam fatos e investigações, produzem histeria coletiva e ódio a grupos e movimentos sociais inteiros. Ao mesmo tempo são espaços de controvérsias e disputas necessárias e estratégicas, por isso repito sempre, crítica a mídia? Odeia a mídia? Torne-se mídia!

A morte do cinegrafista Santiago Andrade e a posterior perseguição de parte da imprensa aos blackblocs são um sintoma de um discurso midiático perdido ou, ao contrário, posicionado estrategicamente?

Já vimos essa história da construção de inimigos: os comunistas, os subversivos, maconheiros e agora os blackblocs, a ameaça que vai destruir a democracia, a Copa, a moral e os bons costumes. É redutor demais. Vidas são demolidas nesse jogo de demonização, como vimos na repressão brutal da polícia aos manifestantes, nas prisões arbitrárias e mortes, nas capas sensacionalistas da Veja e primeiras páginas e editoriais de jornais e televisões. O nível de manipulação dos fatos foi grosseiro depois da morte do cinegrafista da TV Bandeirantes. A lei que tipifica terrorismo, que querem votar a toque de

caixa, e a pauta do medo buscam esvaziar e mudar foco das justas reivindicações para o comportamento dos manifestantes. E a mídia vem legitimando a desproporcional repressão policial, pouco questionada nos noticiários corporativos. Temos uma polarização das ruas contra a associação Mídia-Estado-Polícia, um confronto que produz avanços e retrocessos.

A Mídia Ninja, que podemos chamar de filha pródiga do movimento Fora do Eixo, nasceu e ganhou muita evidência durante as manifestações de junho de 2013. A sra. vê a Mídia Ninja e suas derivações como o futuro da comunicação?

Um dos efeitos dos protestos de 2013 no Brasil foi a explosão das ações midiativistas. A Mídia Ninja fez essa disputa de forma admirável, amplificando a potência da multidão nas ruas. Ela passou a pautar a mídia corporativa e os telejornais ao filmar e obter as imagens do enfrentamento dos manifestantes com a polícia, a brutalidade e o regime de exceção. O papel dos midialivistas e dos coletivos e redes de mídias autônomas não pode ser reduzido ao campo do jornalismo, mas aponta para um novo fenômeno de participação social e de midiativismo (que usa diferentes linguagens, escrachos, vídeos, memes, para mobilizar). A cobertura colaborativa obtém picos demilhares de pessoas online, algo inédito para uma mídia independente. Nesse sentido a comunicação é a própria forma de mobilização.

E o Fora do Eixo?

O Fora do Eixo é um laboratório de experiências culturais e de invenção de tecnologias sociais radicais, que conseguiu transformar precariedade em autonomia. Ele inventou uma forma de viver coletiva e restituir o tempo que o capital nos rouba de uma forma que me toca e mobiliza. As causas políticas que defendem são as minhas e as de muitos: mídia livre, governança, democracia direta, combate a desigualdade e aos preconceitos, defesa da vida, potencialização da autonomia, da liberdade, economia colaborativa, invenção de mundos.

O Fora do Eixo possibilita que jovens dispensem empregos “escravos” ou precários na mídia tradicional, em produtoras comerciais, agências de publicidade, ou qualquer emprego fordista, e passem a inventar a sua própria ocupação. Conheço o Fora do Eixo desde 2011. Na prática, são uma rede de mais de mil jovens que reverterem seu tempo e vida para um projeto comum com um caixa coletivo único que paga comida, roupa e casa coletiva, sem salário individual e um projeto comum. Eles não têm medo de dialogar com os poderes instituídos, ao contrário de um certo discurso midiático que procura criar um grande horror à política, que só afasta os jovens e muitos de nós das disputas.

E isso tem muito a ver com as suas pesquisas não se intimidam em enxergar novos dispositivos, conceitos e instrumentais, redes sociais. Qual é a resposta que a Sra. procura?

Antes de tudo, viver e lutar por uma vida não fascista, no sentido colocado por Michel Foucault, de lutar contra o “fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora”. Quero experimentar uma vida menos “normopata”, uma erótica do contato que restitua o prazer de vivermos juntos. Sou fascinada pelos dispositivos e a forma como coevoluímos com eles, reinventando o social, produzindo novos prazeres e angústias, sem deixar de perceber como também expropriam o nosso tempo, nossa libido, nossa energia e nos colocam para trabalhar num novo regime de exploração da vida, brutal.

Tudo isso está provocando uma mutação antropológica. Acompanho e vivo de dentro esses atravessamentos. Recuso transformar os conceitos em juízes das experiências, o intelectual “justiceiro” que se vê ao largo, acima, distante dos fenômenos que analisa e estuda. Não tenho mais objetos de estudo, mas parceiros que me estimulam. Fiz a passagem para o que chamo de teoriativismo ou o tédio da erudição. No que faço está implicado todo o meu corpo e a minha vida. Como diria Nietzsche, ignoro o que sejam problemas puramente intelectuais.

Não lhe preocupa a difusão generalizada de manifestações rancorosas, preconceituosas, de baixíssima qualidade nas redes sociais?

As redes sociais têm tudo o que a sociedade tem: discursos de ódio, racismo, preconceito, desinformação, mas trazem a possibilidade veloz e massiva de combate e de embate. Não vejo os jornais e a mídia supereditorializada como “mais qualificada”. Ao contrário, um erro, uma distorção de análise, a manipulação de fatos, o sensacionalismo são questionados nas redes e não nas redações... Se esse novo ambiente produz venenos, ele cria com a mesma velocidade os anticorpos.

Há pouco, a sra. tangenciou o tema da Copa do Mundo no Brasil. Qual a sua opinião sobre esse tema? #NãoVaiTerCopa é algo a ser defendido?

O #NãoVaiTerCopa deixa irada a direita, a esquerda clássica e o governo ao seu simples enunciado. Eles e a mídia corporativa vão errar de novo, como erraram feio no início das manifestações em junho de 2013, com a histeria repressora e condenatória. O #NãoVaiTerCopa alarga o campo da democracia ao explicitar o dissenso, ao arriscar pensar diante de um fato consumado e de um processo que colocou os interesses empresariais, lobbistas e midiáticos acima dos direitos básicos. Vai ter Copa sim, mas não vai ter a Copa sonhada pela polícia de ordenamento e pelo ufanismo e desenvolvimentismo ultrapassado.

Os "idiotas da objetividade", como dizia Nelson Rodrigues, são os que não conseguem ver que pós-junho de 2013 o Brasil provou que não existe incompatibilidade entre torcer pelo Brasil no futebol e fazer política. Ou seja, Vai Ter Copa e Não Vai Ter Copa. Particularmente vou torcer e participar para que ocorram manifestações e vou torcer pelo Brasil em campo. Essa é uma das formas de consolidar e aprofundar a jovem e provocativa democracia brasileira.

Tivemos um beijo gay numa novela global, casamento entre homossexuais é defendido abertamente por jornais, novas formações familiares passaram a ser aceitas. Já podemos comemorar ou ainda falta muito para termos uma sociedade mais tolerante?

O beijo gay na novela global faz parte das expressões da luta por direitos e narrativas afetivas novas. Em terra de Marco Feliciano, o beijo gay é político, é "fashion", mas ainda estamos muito aquém de uma cultura não homofóbica, não racista, menos patriarcal e machista, ou que aceite a autonomia e liberdade das mulheres. O gay família, a lésbica fashion, o traveco amigo, os homens, as mulheres, os jovens, só têm um destino: o amor romântico em casal. Tabu é ter um relacionamento livre e autônomo. Está faltando um Nelson Rodrigues, mas um Lars von Trier também serviria, para fazer a narrativa dos novos tempos e nos atualizar de nós mesmos.

A Sra. citou a necessidade de uma sociedade menos patriarcal e machista. A mulher continua tendo muito mais obrigações do que direitos.

Os homens continuam em pânico com a autonomia das mulheres. Um dia sexo vai ser considerado modalidade esportiva e prostituição (masculina e feminina), serviço e profissão de utilidade pública. Essa era uma das causas da Gabriela Leite, mulher e ativista admirável que criou a ONG Davida e a grife Daspu e morreu aos 62 anos. Moça de classe média que escolheu ser puta. O deputado Jean Wyllys apresentou no Congresso o projeto dela, que regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Uma causa que vale uma vida. E além dos evangélicos e cristãos ainda tem feminista que é contra regulamentar a profissão.

Tomo esse exemplo para dizer que as lutas das mulheres passam por aceitar essas diferenças. Admiro as meninas do funk que ressignificaram o feminismo nas favelas, ao fazerem a crônica sexual a quente da periferia de forma explícita, como Tati Quebra Barraco, que considero uma Leila Diniz dos novos tempos. Há os que pensam que ao se colocarem como protagonistas da cena sexual, as meninas do funk só ocupam o lugar de poder dos homens. Na verdade, é um discurso radical de autonomia e de liberdade que, vindo das mulheres, subvertendo o sentido de "cachorras" e "popozudas", coloca o preconceito e o machismo de ponta cabeça. Vivemos um tempo difícil, mas apaixonante.

A educação no Brasil melhorou ou piorou durante a administração petista?

Melhorou e muito. Não tem comparação os investimentos que foram feitos na educação pública e nas universidades públicas no governo do PSDB e na administração do PT. Fiz concurso público e comecei a dar aulas na UFRJ no governo de FHC e foram 8 anos de sucateamento com as universidades à míngua. O governo Lula reinvestiu nas universidades públicas criando 14 novas universidades federais e 100 campi pelo interior do país e também investiu fortemente nas Escolas Técnicas e Institutos Federais. O programa do Reuni de reestruturação do espaço físico, expansão das vagas e criação de novos cursos foi vital para as universidades federais. Só a Escola de Comunicação ampliou em mais de 30 o número de professores por concurso público, ampliou vagas, contratou-se técnicos etc. Claro que existem problemas nessa expansão, mas foi decisiva e mudou o cenário radicalmente.

Outras duas ações decisivas foram o Prouni (que abriu 700 mil vagas para jovens nas universidades particulares) e as cotas raciais e sociais, que trouxeram novos sujeitos sociais, vindos das camadas populares, para dentro da universidade. Ao contrário dos que temiam os defensores de uma abstrata "meritocracia", que o nível de ensino iria "cair", que iria se "nivelar por baixo" para atender aos pobres, os cotistas surpreenderam e o que estamos vendo é o contrário. A disputa na produção do conhecimento feita por novos sujeitos políticos. Poderia ainda falar do Enem que articulou a entrada unificada para a rede de universidades públicas. Hoje recebemos na ECO estudantes de todo o Brasil.

Sobre o ensino básico e fundamental acompanhei alguns debates e desafios enormes que precisam ser enfrentados, entre eles o fato da escola fordista e disciplinar, a "creche da tia Teteca", o ensino sem corpo, sem desejo, sem participação dos estudantes ter se tornado obsoleto e ineficaz. O desafio de diminuir drasticamente o analfabetismo no país passa não só por mais investimento na carreira e salário dos professores, mas por uma mudança de mentalidade, não dá mais pra insistir no modelo da decoreba e do "vovô viu a uva" num contexto de ampliação de repertórios e de universalização da cultura digital, em que oralistas dominam, sem passar pelo letramento, a cultura audiovisual e digital.

A Sra. votou em Dilma Rousseff? Qual a sua avaliação do primeiro governo dela?

Votei na presidenta Dilma esperando uma radicalização e aprofundamento das políticas iniciadas no governo Lula, mas o círculo virtuoso se rompeu em diferentes pontos. Tivemos retrocessos absurdos nas políticas culturais, enfraquecimento do Programa Cultura Viva, que deu protagonismo à produção dos Pontos de Cultura, vinda das bordas e periferias, retrocesso no diálogo com os movimentos sociais e culturais. O Brasil que estava na vanguarda de alguns processos, com a

estabilidade econômica e emergência de novos sujeitos sociais e políticos pós-redistribuição de renda, apresenta uma reconfiguração do campo conservador, minando todo um capital simbólico e real construído.

Estou falando de projetos engavetados como a Reforma da Lei dos Direitos Autorais, os retrocessos no Marco Civil para a Internet, a Lei Geral das Comunicações, obsoleta e concentracionista, que continua intocável, o plano de barateamento e universalização da Banda Larga pífilo, o retrocesso no Código Florestal, a inexistência de propostas para a legalização do aborto e legalização das drogas.

O projeto nacional-desenvolvimentista, fordista, da presidenta Dilma, que investe em automóvel, hidrelétrica, petróleo, passando por cima da maior riqueza brasileira, que é seu capital cultural, ferindo direitos, destruindo o meio-ambiente, é insustentável. O maior paradoxo do desenvolvimentismo é querer transformar a cosmovisão indígena, a produção da periferia, em "commodities", faturar a riqueza cultural, vender as favelas e sua cultura como pitoresco, os indígenas como exóticos, a carne negra como produto desejável e fashion, mas deixar isolados e sem autonomia esses mesmos sujeitos políticos, destituídos dos seus direitos, assujeitados, ou tornados corpos dóceis.

Nesse momento, continuo filiada ao PT, partido para onde entrei em 2011, no auge da crise do Ministério da Cultura, com a nomeação catastrófica da ministra Ana de Hollanda. Entrei para criticar e disputar de dentro avanços nas políticas públicas e para discutir as novas relações de poder nas cidades, a emergência do trabalho informal e do precariado em diferentes campos, a produção social que é a nova força de transformação dentro do próprio capitalismo e para pensar a cidade e a sociedade que queremos.

O governo Dilma é sustentado hoje por uma coalizão conservadora. Então oscilo entre o hiperativismo pessimista (não vai avançar, mas vamos tensionar ao máximo) e o otimismo crítico, que vai guinar para esquerda, sob a pressão das ruas. É com angústia que vejo o PT, partido com a maior base social do Brasil, abandonar pautas e avanços históricos. Por isso, estou no PT criticando de dentro, mas, ao mesmo tempo, faço parte do conselho do mandato do deputado Jean Wyllys, parlamentar extraordinário. E votei em Marcelo Freixo, ambos do PSOL. Acredito cada vez mais em frentes suprapartidárias em torno das pautas e questões que nos interessam e na transformação dos partidos e do Estado em redes de colaboração e num Estado-Rede, co-gerido pela sociedade.

Vejo a democracia direta e participativa como horizonte da política, mas enquanto isso, luto para que o atual sistema partidário, inclusive o governo Dilma, incorpore as pautas e questões urgentes que emergiram nas ruas. Temos que sair do infantilismo político e purista que é o compromisso atávico com o inviável, pois a governança e a democracia direta vão brotar da remediação e ruptura com o atual sistema partidário. Votando ou não votando no PT, as ruas são ingovernáveis e temos que lutar contra a financeirização da vida.

EDUARDO NUNOMURA é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista CULT, Março de 2014.**

Lucas Rocha